

## O INTELLECTUAL E A POLÍTICA: A MILITÂNCIA COMUNISTA DE CAIO PRADO JÚNIOR (1931-1945)<sup>1</sup>

Sérgio Montalvão

### 1. Um equilíbrio delicado

A participação dos intelectuais de origem burguesa nas lutas sociais da esquerda, nos lembra Michael Löwy, "é um dilema tão velho quanto o movimento operário"<sup>2</sup>. O principal embaraço na relação entre a intelectualidade e o marxismo encontra-se na dificuldade deste último em obter uma definição que dê conta de sua especificidade social. O paradoxo levantado por Löwy na sua análise do engajamento político de György Lukács na esquerda comunista, ao afirmar que o intelectual "é um ser bizarro e difícil de classificar"<sup>3</sup>, transcreve a essência do pensamento marxista sobre a questão.

A relação entre o Partido Comunista e sua intelectualidade, nos diferentes contextos nacionais, impõe esta inflexão à prática política, pois, como afirma Pierre Bourdieu, a concentração do capital político nas mãos de uma direção partidária depende da exclusão daqueles aderentes que possuem "instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa"<sup>4</sup>. No caso dos partidos comunistas, entretanto, além da forma hierárquica como se colocam a estrutura de comando e os processos de decisão interna, os dirigentes apropriam-se de um programa de ação fun-

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão revista e resumida do Cap. 2 da dissertação de mestrado do autor: **O Sentido da Nação: um estudo sobre o pensamento e a ação política de Caio Prado Júnior**, defendida no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob orientação do prof. Dr. Manoel Luís Salgado Guimarães. Para a escrita do mesmo agradeço o apoio da profa. Dra. Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ).

<sup>2</sup> LÖWY, Michael. **A evolução política de Lukács**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 17.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In. \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

damentado numa teoria das relações econômicas e sociais, a partir do qual procuram definir o modo de pensamento dos demais participantes a partir de certos princípios dificilmente contestáveis. Esta situação impõe a presença do que Pierre Bourdieu chamou de uma "linguagem autorizada", que indica a maneira pela qual uma instituição administra o acesso à palavra e cria um verbo ortodoxo<sup>5</sup>.

Surgido num momento de unificação da estratégia comunista em escala mundial, que ganhou força após o sucesso da revolução bolchevique e a organização da Terceira Internacional, o Partido Comunista do Brasil (PCB) nasceu arraigado à linguagem autorizada do marxismo-leninismo, e mesmo procurando um maior contato com a "realidade brasileira", não suplantou os horizontes do marxismo soviético<sup>6</sup>. Essa situação marcou tanto a sua estratégia de intervenção política, quanto a relação entre o partido e a intelectualidade.

Orientado pela teoria da "revolução democrática-pequeno-burguesa", o partido articulou a sua primeira linha programática com base em um esforço de análise da situação nacional, ainda na década de 1920<sup>7</sup>. Privilegiou a criação do Bloco Operário Camponês (BOC), que iria funcionar como espaço de atuação parlamentar. Assim, em 1928, foram eleitos dois representantes comunistas para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro e, nas eleições de março de 1930, o BOC lançaria ainda um candidato à presidência da República. Esta linha de ação, no entanto, foi logo em seguida interrompida, devido à necessidade do PCB adequar-se às diretrizes da Internacional Comunista (IC) que, desde o seu VI congresso, previa um recrudescimento da luta revolucionária em todo o mundo. Algo quase inquestionável após o *crack* financeiro de 1929 e a conseqüente crise capitalista mundial.

Na década de 1930, o PCB iniciava uma nova fase em sua história. Seguindo os padrões de radicalização da política comunista em todo mundo, o partido procurou livrar-se de todos os seus "resquícios pequeno-burgueses". Através da "proletarização" e do "obreirismo" tentou uma maior aproximação com a classe trabalhadora e, em decorrência deste novo direcionamento, mudou a relação que mantinha com os intelectuais. Nesse momento, o escritor e crítico literário Astrojildo Pereira, ex-

---

<sup>5</sup> BOURDIEU, Pierre. A linguagem autorizada. As condições de eficácia do discurso ritual. In \_\_\_\_\_. **Economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.

<sup>6</sup> Cf. BRANDÃO, Gildo. Marçal. **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

<sup>7</sup> Cf. ZAIDAN FILHO, Michel. **Comunistas em céu aberto**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 13.

militante anarquista, um dos fundadores do partido e seu antigo secretário-geral, foi hostilizado e levado a fazer uma autocrítica da sua militância. Heitor Ferreira Lima, que ocupou este mesmo cargo depois de Astrojildo, também sofreu as conseqüências da nova linha política pecebista. Intelectual formado na Escola Leninista de Moscou no final dos anos de 1920, “o mais importante estabelecimento de formação de quadros para os Partidos Comunistas”<sup>8</sup>, Ferreira Lima perdeu a sua condição de dirigente após uma decisão do novo Bureau Político do PCB. Em seguida, Fernando de Lacerda assumiu a direção do partido e propôs que os intelectuais apenas participassem das reuniões da direção geral, sem poder de voto. Em fevereiro de 1932, ele mesmo (embora mantivesse sua influência) afastou-se para que o operário José Vilar pudesse ocupar o posto de secretário-geral.

Pertencente a uma das famílias mais ricas e influentes de São Paulo, cuja fortuna remonta ao início da grande lavoura cafeeira, Caio Prado Júnior entrou para o PCB exatamente neste momento de extrema radicalização e sectarismo. Curiosamente, no momento em que August Guralski (responsável pelo secretariado sul-americano da IC) incentivava os comunistas brasileiros a procurarem orientar-se por “formulações teóricas primitivas, toscas, rústicas”<sup>9</sup>, estes recebiam em seus quadros um legítimo representante da elite paulista, possuidor de uma formação escolar esmerada, cujos os estudos se iniciaram em casa, orientado por professores particulares, como era do gosto das elites mais requintadas da época.

A experiência política de Caio Prado Júnior, antes de seu ingresso no PCB, também contradiz a tentativa de forjar o perfil do militante comunista, que deveria estar apto a tornar o partido a expressão autônoma e revolucionária da classe operária. Sua iniciação ocorreu nos quadros do Partido Democrático (PD), agremiação partidária fundada em 1926, que reunia parte da elite do Estado de São Paulo descontente com a hegemonia do Partido Republicano Paulista (PRP). Durante a campanha para as eleições presidenciais de 1930, o PD apoiou Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal, contra o representante do PRP e do oficialismo da época, Júlio Prestes. Inteiramente dedicado a este pleito, Caio Prado Júnior auxiliou na organização de comícios e outras atividades do candidato oposicionista. Derrotados nas urnas, Vargas e aqueles que apoiaram a Aliança

---

<sup>8</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio. In LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos percorridos**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 9

<sup>9</sup> KONDER, Leandro. **A Derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 175.

Liberal deram início, em outubro de 1930, a um movimento armado que iria derrubar a República Oligárquica.

Após a vitória das forças aliancistas, Caio passou três meses em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, atuando como "delegado revolucionário"<sup>10</sup>, mas a decepção provocada pela conciliação entre os revolucionários de 1930 e as estruturas do velho poder oligárquico levou-o a uma leitura negativa do movimento político-militar liderado por Getúlio Vargas. Como resposta ao que passou a considerar a inconsistência política e ideológica da revolução de 3 de outubro, ele inscreveu-se no PCB, encontrando-o, como já foi frisado, num momento difícil para os intelectuais.

O impacto causado pelas notícias sobre a edificação do socialismo na União Soviética serviu como pano de fundo à entrada de Caio Prado Júnior nos quadros do PCB. No início dos anos de 1930, o exemplo soviético passou a influenciar todos aqueles que no Brasil pensavam na transformação revolucionária da sociedade, alcançando rapidamente a burguesia intelectualizada. Em 3 de maio de 1932, Caio Prado Júnior publicou um artigo na sessão "A Pedidos", do jornal *Correio da Tarde*, rebatendo as críticas do jornalista Plínio Barreto ao regime soviético, naquela que provavelmente seria a sua primeira intervenção pública a favor do comunismo<sup>11</sup>. No ano seguinte, ele realizou uma viagem de dois meses à União Soviética. Em setembro de 1933, respondendo à solicitação de amigos, apresentou duas conferências sobre a referida viagem no salão do Clube dos Artistas Modernos, em São Paulo, ambas com o título "Rússia Hoje".

Em 1934, Caio Prado Júnior publicou *URSS: um novo mundo*, detendo-se nos aspectos políticos, econômicos e sociais daquela experiência socialista. Nas primeiras páginas desse livro, analisando a estrutura política soviética, defendeu-a das acusações de representar a tirania do partido único, considerando a participação do povo nos assuntos públicos e nas ações sociais coordenadas pelo governo bolchevique, a maior virtude da Revolução de Outubro de 1917. Na parte do relato de sua viagem dedicado à organização social, ele apresentou a sociedade sem classes como a única capaz de concretizar o lema da igualdade inscrito na ban-

---

<sup>10</sup> Para os aspectos biográficos de Caio Prado Júnior a referência bibliográfica encontra-se em IGLÉSIAS, Francisco. Um historiador revolucionário. In \_\_\_\_\_. **Caio Prado Júnior - História**. São Paulo, Ática, 1982.

<sup>11</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. Plínio Barreto e o Comunismo. *Correio da Tarde*, 03/05/1932. **PRONTUÁRIO 1691, Caio Prado Júnior**. Fundo Deops/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

deira das revoluções burguesas do século XVIII e elevar o trabalho ao lugar de "único padrão" na escala dos valores éticos e sociais.

O encantamento de Caio Prado Júnior em relação a esse admirável mundo novo socialista resultava da crença na positividade das transformações advindas da revolução bolchevique, enquanto processo civilizatório e exemplo bem-sucedido de modernização acelerada. Estas transformações iriam servir como modelo às mudanças que ele considerava necessárias ao Brasil, na busca da superação de uma sociedade ainda marcada pelo aviltamento do trabalho, graças à sua origem escravista e senhorial.

Mesmo assim, apesar de sua intensa adesão ao modelo de socialismo implantado na União Soviética, a origem social de Caio Prado Júnior fez com que ele ficasse preso a uma diferença não inteiramente superada, a uma desconfiança quase sempre refeita que o perseguiu ao longo de sua trajetória política na esquerda comunista. Neste aspecto, entretanto, devemos considerar que a relação entre Caio Prado Júnior e o PCB configura-se além disso, na experiência comum de um determinado "grupo de pares", que, como assinalou Bernardo Ricupero, partilhava laços de amizade e convicções políticas, que embora contidas na cultura política pecebista, guardavam sua própria identidade<sup>12</sup>. A relação entre intelectual e o partido, mesmo sem conhecer um afastamento da parte do primeiro e uma repreensão mais áspera por parte do último, esteve sempre envolvida num delicado equilíbrio de forças, entre o convergente e o divergente em questões teóricas e políticas.

## **2. A luta antifascista nos anos 30: adesão e engajamento partidário.**

No início dos anos de 1930, contrariando as suas expectativas, o PCB não aumentou o número de seus contingentes entre a classe operária, alcançando maior êxito nos meios militares e entre a intelectualidade. A adesão à proposta obreirista revelou-se bastante variável entre os escritores comunistas. Adepta da proletarização, a jovem escritora Patrícia Galvão foi uma fervorosa defensora dessa prática, registrando-a no seu livro *Parque Industrial*. Rachel de Queiroz, recusando-se submeter a publicação de seu romance *João Miguel* à censura do partido, que o con-

---

<sup>12</sup> RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

siderou reacionário e de fundo pequeno-burguês, foi expulsa do PCB, acusada de “fascista” e “fracionalista”<sup>13</sup>.

Após o VII Congresso da IC, realizado em Moscou, entre junho e agosto de 1935, anunciaram-se, entretanto, uma série de mudanças decisivas na condução do movimento comunista internacional, que iriam permitir uma reconciliação entre o PCB e aqueles que possuíam um maior grau de instrução formal e alguma produção cultural mais complexa. Neste encontro, foram tomadas decisões favoráveis à afirmação da política de frentes populares, em oposição ao extremismo do "Terceiro Período", que havia enfatizado a política de "classe contra classe".

Diante desta nova situação, em que seria cada vez mais requisitada a participação de amplos setores da sociedade em um esforço comum de unir forças contra o fascismo, o PCB incentivou a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), no formato de uma frente política, que apesar da influência comunista, continha em suas fileiras elementos oriundos de outros setores da esquerda e da sociedade em geral. O surgimento da ANL enquadrou-se na perspectiva de criação de “frentes populares”, que serviram como uma estratégia alternativa aos planos da III Internacional após a constatação da inviabilidade de uma revolução européia.

A ANL contou com um grande contingente de pessoas provenientes de uma classe média insatisfeita com a progressiva perda das liberdades civis, que caracterizou o período do governo provisório de Getúlio Vargas, e mesmo a fase constitucional, iniciada após a proclamação da segunda Constituição da República, em 16 de julho de 1934. O programa aliancista recebeu um largo apoio da ainda incipiente sociedade civil brasileira e incluía cinco grandes objetivos: cancelamento da dívida externa, nacionalização das empresas estrangeiras, garantia das liberdades públicas, direito a um governo popular e distribuição das propriedades rurais<sup>14</sup>.

Favorecendo-se desta abertura, Caio Prado Júnior assumiu a vice-presidência da ANL em São Paulo, ao lado do ex-comandante da Coluna Prestes, Miguel Costa, que viria ser o presidente regional da frente. Esta seria a sua função de maior destaque nos primeiros anos de militância no

---

<sup>13</sup> Sobre esses exemplos de adesão e recusa à prática do obreirismo, ver RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. In MORAES, João Quartim. **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1998, vol. 3, p. 341-342. e DULLES, John W. F.. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 404-405.

<sup>14</sup> Sobre a ANL, ver LEVINE, Robert. **O regime de Vargas: os anos críticos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 112.

PCB, sendo ele na prática o coordenador político da frente antifascista em seu estado. Além disso, o historiador atuou como colaborador do periódico aliancista *A Platéia*, que ajudou a manter, juntamente João Penteado Stevenson e Maurício Goulart.

Desde a fundação da ANL paulista coube a Caio Prado Júnior uma grande atividade "quer dando entrevistas, quer publicando boletins ou promovendo comícios"<sup>15</sup>. Embora essa frente tenha durado pouquíssimo tempo na legalidade e não se possa saber ao certo qual teria sido o papel do intelectual enquanto condutor efetivo da organização no âmbito regional, tanto o seu formato estratégico quanto o lema da implantação de um governo nacional-popular continuaram vivos nas suas convicções políticas durante décadas. Além disso, a marca do antivarguismo contida na frente irá anexar-se à sua experiência política futura, enquanto crítico da cultura política populista.

Após o enquadramento da ANL na Lei de Segurança Nacional, que se seguiu ao manifesto redigido pelo seu presidente de honra, Luís Carlos Prestes, em 5 de julho de 1935, Caio Prado Júnior escreveu uma série de oito artigos intitulados O programa político da Aliança Nacional Libertadora<sup>16</sup>. Dada a relevância que obteve a ANL no seu curto período de existência, não podemos deixar de considerar certos aspectos desses textos de combate do historiador paulista, que questionaram a utilização da palavra "extremismo", considerando que, da maneira como passou a ser empregada, esta tornava-se uma espécie de rótulo a ser colocado sobre todos os movimentos de oposição ao governo instalado no Brasil após 1930. Para Caio Prado Júnior, esta palavra encerrava um significado tão largo e impreciso, que poderia açambarcar "tudo o quanto não esteja dentro das normas políticas estabelecidas"<sup>17</sup>. E portanto: "Dentro de um critério tão amplo, evidentemente cabem todos os programas que se batem por reformas, sejam elas quais forem, da nossa estrutura política e econômica"<sup>18</sup>.

Demarcadas as implicações políticas da má utilização do termo extremismo, Caio Prado Júnior passou a defender o programa da ANL, como sendo aquele que melhor representaria uma proposta de superação

---

<sup>15</sup> Informação reservada 05/05/1936. **Prontuário 1691, Caio Prado Júnior**. Fundo Deops/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>16</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. O programa da Aliança Nacional Libertadora. **Nova Escrita Ensaio**, n. 10, 1982, p. 121-136 (Originalmente publicado em *A Platéia* de 25/07 a 03/08/1935).

<sup>17</sup> *Idem*, p. 122.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

dos entraves ao avanço da sociedade brasileira: a estrutura fundiária calcada na grande propriedade e a presença do imperialismo. Essas mudanças, “que o mais medíocre espírito rotineiro, sendo sincero e honesto, há de reconhecer necessárias”<sup>19</sup> não poderiam ser feitas caso fosse mantida a organização política vigente, cujas “instituições de fachada” - eleições e representações democráticas - , só estariam servindo para esconder o seu verdadeiro alicerce, calcado no profundo reacionarismo dos chefes locais, sobreviventes da política coronelista anterior à Revolução de 1930.

A única maneira de mudar esta situação, de acordo com Caio Prado Júnior, seria a democratização das estruturas de poder, seguida da intervenção política da grande massa da população brasileira. É neste sentido que entendemos a seguinte afirmação:

A democracia não existe no Brasil. E é por isso que assistimos a este paradoxo de um movimento democrático num regime que se diz democrático ser taxado de "extremista" e "subversivo". A democracia brasileira precisa ainda ser conquistada. E conquistada por uma frente comum de todos aqueles que compreendem a impossibilidade de realizar no Brasil, dentro dos quadros atuais da política dominante, uma política progressista e de acordo com os interesses fundamentais do país.<sup>20</sup>

Nos meses subsequentes ao fechamento da ANL, entretanto, fortaleceu-se a idéia de uma insurreição armada, de caráter nitidamente militarista, que seria levada a cabo nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, opondo-se frontalmente às concepções de participação e revolução popular-democrática de Caio Prado Júnior. O fracasso do movimento levou a uma imediata repressão policial, de forte viés anticomunista, que iria culminar com a aprovação de um "Estado de Exceção", prorrogado ininterruptamente até junho de 1937.

Em decorrência de suas atividades à frente da ANL em São Paulo, Caio foi preso quando estava de passagem em Porto Alegre, em 27 de novembro de 1935, sob acusação de exercer "atividade extremista na capital gaúcha"<sup>21</sup>. Após prestar declarações, foi liberado, seguindo viagem de volta a São Paulo, onde seria novamente preso, juntamente com Aristides Nogueira, Gilberto Andrada e Silva, Jeronymo Cunto Júnior, João Penteado Stevenson, José Ganronsk, José Maria Gomes e Waldemar Belfort de Mattos. A ordem de prisão contra estes nomes não se baseou

---

<sup>19</sup> *Idem*, p. 124.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 135-136.

<sup>21</sup> Ficha de atividades políticas e sociais de Caio Prado Júnior. **Prontuário 1691, Caio Prado Júnior**. Fundo Deops/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.



em evidências, tendo apenas caracterizado que "todos esses elementos constituíam e continuam constituindo, nesse momento em que os agentes de Moscou ameaçam mais seriamente a ordem pública e a segurança de nossas instituições, um perigo real que precisa ser afastado"<sup>22</sup>.

Em virtude destes acontecimentos, Caio Prado Júnior passou dois anos no presídio Maria Zélia, de onde conseguiu sair com o benefício da ação do ministro da Justiça, José Carlos Macedo Soares, popularmente conhecida entre os presos políticos como "macedada", que objetivando criar um ambiente de liberdade democrática com vistas a não comprometer a campanha presidencial de 1937, suprimiu o "Estado de Guerra" vigente no país e ordenou a liberação de 308 presos políticos sem culpa formada<sup>23</sup>. Nesse contexto, o intelectual paulista obteve a liberdade e exilou-se em seguida na França, onde manteve atividades políticas, ligando-se ao Partido Comunista Francês (PCF).

### **3. A rearticulação do PCB no término do Estado Novo: tensões e críticas ao partido.**

Retornando ao Brasil, em 1939, Caio Prado Júnior encontrou o país em plena ditadura do Estado Novo. Nesse momento, eram inevitáveis as dificuldades para exercer a militância política comunista, estando os principais dirigentes do PCB e os agentes da Internacional Comunista enviados para auxiliar o partido nas suas ações, encarcerados ou mortos. Somente nos últimos anos do período ditatorial de Vargas, sobretudo após o envio de tropas brasileiras para combater as forças nazifascistas no continente europeu, aprofundou-se a discussão política de oposição, até então sufocada pelo controle estrito dos órgãos de censura e repressão policial. A oposição à ditadura varguista, que contou com o protesto dos estudantes universitários em São Paulo, envolveu a opinião pública liberal, como mostra o "Manifesto dos Mineiros", e não deixou de contar também com a presença de militantes de esquerda, socialistas e comunistas; aliás os primeiros a moverem-se, na clandestinidade, contra o Estado Novo<sup>24</sup>.

<sup>22</sup> Informação reservada 05/05/1936. **Prontuário 1691, Caio Prado Júnior**. Fundo Deops/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>23</sup> DULLES, John W. Foster. **O comunismo no Brasil 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 107.

<sup>24</sup> Sobre as variadas formas de resistência ensaiadas pelos comunistas à ação repressiva do Estado Novo, ver CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas. O DEOPS e as minorias silenciadas**. São Paulo, Estação Liberdade, 1997.

Os comunistas voltaram a se organizar a partir da sua II Conferência Nacional, realizada secretamente na Serra da Mantiqueira, em agosto de 1943. Neste encontro formou-se a Comissão Nacional de Organização Partidária (CNOP), tendo à frente Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois, Carlos Marighella e Pedro Pomar. Além desses nomes, Luís Carlos Prestes seria eleito secretário-geral do partido, apesar de ainda se encontrar preso na ocasião. No fundamental, o encontro da Mantiqueira iria definir a linha de atuação do PCB, optando por uma “política de união nacional com Vargas”, uma vez que este último havia se definido a favor da União Soviética e das outras forças democráticas na luta mundial contra o nazi-fascismo.

Esta decisão não foi aceita pela totalidade dos militantes comunistas. Em São Paulo, Caio Prado Júnior uniu-se a um grupo formado, entre outros, por Heitor Ferreira Lima, Tito Batini, Mário Schenberg, Clóvis Graciano, Astrojildo Pereira e Arthur Neves, que juntos criaram os Comitês de Ação. Estes militantes de perfil mais intelectual e menos identificados com as propostas advindas do novo núcleo dirigente do PCB procuravam aglutinar “a luta contra o nazi-fascismo à conquista da democracia interna”<sup>25</sup>, afastando-se da linha oficial do partido, voltada para uma estratégia que incluía o apoio às “inclinações democráticas de Vargas”.

A participação de Caio Prado Júnior nos Comitês de Ação o levaria a ser o principal elo da ligação que este grupo pretendia articular entre comunistas e liberais, na montagem de uma frente contra o Estado Novo. Com este interesse, o historiador participou das reuniões de fundação da União Democrática Nacional (UDN), nome que ele próprio defendeu para designar a frente de oposição criada naquele momento para combater a continuidade de Getúlio Vargas no poder. Nesta conjuntura, a participação do historiador nas articulações que se seguiam para a derrubada do Estado Novo foi captada assim em um registro do Deops/SP, datado de 03 de abril de 1945:

O dr. Caio Prado Júnior serve como uma espécie de “bandeira” para essa Aliança. Caio Prado, no meio intelectual é um elemento considerado como L.C.Prestes no meio político para os comunistas. Por isto os dirigentes da Aliança Democrática Popular puseram-no à frente da luta.

---

<sup>25</sup> FALCÃO, Frederico. **As ilusões da estratégia**. Dissertação, Mestrado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997, p. 33-34.

Talvez, o dr. Caio será o elemento capaz de coligar todas as esquerdas do Brasil.<sup>26</sup>

Afora o exagero colocado nesta afirmativa, o certo é que os anos finais do Estado Novo marcaram um período de grande envolvimento de Caio Prado Júnior com a política. A sua participação nos quadros da Associação Brasileira de Escritores (ABDE) exemplifica esta situação. Fundada em 1942, a ABDE nasceu como uma associação de classe, voltada para a resolução do problema dos direitos autorais. Entretanto, refletindo as tensões da conjuntura política da época, tornou-se rapidamente um núcleo aglutinador das tendências antifascistas entre os intelectuais. Esta atitude tornou-se evidente no transcorrer do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, ocorrido em São Paulo, entre 22 e 27 de janeiro de 1945.

No encontro da ABDE, seus participantes, além de terem discutido questões relativas à profissão, trouxeram à tona uma disposição de parte significativa da intelectualidade em se colocar de forma inequívoca na oposição ao Estado Novo. É o que se percebe nas memórias de Hermes Lima:

Magnífica explosão contra o Estado Novo, contra a censura, sempre rigorosa e, muitas vezes, estúpida, apreenderam-se e até se queimaram livros, contra a negação das franquias protetoras da liberdade, foi o 1º Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo, em janeiro de 1945, a que estive presente, e a que Sérgio Milliet, seu organizador, deu tudo e, talvez, mais que podia.<sup>27</sup>

A leitura dos principais editoriais da imprensa escrita relativos ao encontro da ABDE endossa este ponto de vista. *A inteligência brasileira e os problemas do mundo*, publicado no *Correio Paulistano* (23/01/1945), tratou da missão e do papel desempenhado pelos intelectuais enfatizando que naquele momento estava sendo dado um grande passo para acabar com a distância entre os escritores e o grande público. Este editorial mostrou que tal distanciamento impedia a democratização da cultura e tornava impossível o aparecimento das condições necessárias para que os intelectuais se tornassem “orientadores dos homens”, capazes de afastar o povo da tentação totalitária dos regimes de força instalados na Alemanha, Itália e Espanha. O enviado especial da *Folha da Manhã* ao congresso da ABDE, Florestan Fernandes, conduziu sua argumentação

---

<sup>26</sup> *Apud* IUMATTI, Paulo Teixeira. **Diários Políticos de Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 32.

<sup>27</sup> LIMA, Hermes. **Travessia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p.139.

de modo semelhante e demonstrou uma grande expectativa quanto aos resultados deste encontro, tendo escrito que um congresso de escritores jamais poderia tratar simplesmente de questões técnicas, o que representaria "a negação do intelectual como homem histórico e uma verdadeira traição ao povo do seu país"<sup>28</sup>. Para o sociólogo, em ocasiões como esta, o intelectual, "deixando de discutir somente os seus interesses restritos, acaba se identificando com os interesses da nação"<sup>29</sup>.

Segundo Yolanda Prado, a participação na ABDE permitiu a seu pai ampliar os seus círculos de amizade e estreitar relações com muitas pessoas que até então tivera pouco contato<sup>30</sup>. Esta convivência com o mundo literário aumentou ainda mais pelo fato dele ter se tornado um dos sócios da Livraria e Editora Brasiliense, no final de 1943. Aliás, entre os representantes da delegação paulista presente no congresso da ABDE muitos eram os autores com títulos publicados pela sua editora: Edgard Cavalheiro, Maria José Dupré, Monteiro Lobato, Nelson Palma Travassos, Sérgio Milliet e Tito Batini. A proximidade entre Caio Prado Júnior e os organizadores daquele congresso ainda fica comprovada por ele ter cedido o espaço da sua livraria para abrigar parte da exposição de artistas modernos ocorrida como atividade complementar ao encontro<sup>31</sup>.

Ao participar da comissão de assuntos políticos - ao lado de Alberto Passos Guimarães, Arnon de Mello, Astrojildo Pereira, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Lacerda, Dionélio Machado, Fritz Teixeira de Salles, Jair Rebello Horta, Jorge Amado, José Eduardo Prado Kelly, Moacyr Werneck de Castro, Osório Borba, Paulo Emílio Sales Gomes e Raul Ryff - coube a Caio Prado Júnior, em conjunto com Prado Kelly, a responsabilidade pela redação final da *Declaração de Princípios* do encontro, redigida originalmente por Astrojildo Pereira. Esta declaração revelou-se, de imediato, um manifesto contra o fascismo - naquele momento muito identificado com o governo de Getúlio Vargas-, assinalando o compromisso dos escritores com os ideais democráticos.

Apresentada ao público na data de encerramento do congresso da ABDE, em 27 de janeiro de 1945, após ter sido aprovada por aclamação,

---

<sup>28</sup> FERNANDES, Florestan. A mobilização da inteligência. **Folha da Manhã**, 21/01/1945.

<sup>29</sup> *Idem*.

<sup>30</sup> Entrevista de Yolanda Prado ao autor. São Paulo, agosto de 1998.

<sup>31</sup> Iniciados os trabalhos do I Congresso Brasileiro de Escritores. **Folha da Manhã**, 24/01/1945. Esta matéria indica que "a exposição de quadros a óleo" foi realizada na Livraria Brasiliense, enquanto a "seção de gravuras ficou na sala de chá da Livraria Jaguará".

a declaração apresentava no seu conteúdo a defesa da legalidade democrática e inspirava-se nos moldes clássicos do liberalismo, defendidos de antemão pelo *Manifesto dos Mineiros*, de 24 de outubro de 1943. A sua base de atuação política filiava-se, portanto, à defesa do Estado de Direito, cujos mecanismos constitucionais deveriam salvaguardar o indivíduo contra os abusos do poder discricionário. Além disso, o documento referia-se às liberdades individuais e ao direito ao voto. A formulação política nascida neste encontro passava assim pela aproximação entre liberalismo e democracia, sendo interessante notar o grande número de participantes da Comissão de Assuntos Políticos que mantinham ou mantiveram alguma relação de militância no PCB<sup>32</sup>.

A importância do congresso da ABDE relaciona-se à sua potencialidade em termos da produção de um imaginário acerca da superação da ordem autoritária e das perspectivas que se abriam ao exercício da democracia, onde a figura do intelectual passou a representar o papel de educador político. As teses aprovadas ou recomendadas para inclusão nos *Anais do I Congresso Brasileiro de Escritores* apontavam prioritariamente no sentido da convergência de seus participantes no tocante à necessidade de uma real e imediata democratização da sociedade brasileira. Além de questões relativas aos direitos autorais e da relação do escritor com os meios de comunicação - problemas específicos do *métier*-, os temas mais tratados no encontro de 1945 foram: a democratização da cultura e a participação política dos intelectuais.

As teses que versavam sobre a democratização da cultura possuíam um sentimento comum acerca da necessidade de elevação do nível cultural do povo, que deveria ser fomentado desde campanhas de alfabetização até a organização de universidades populares. Os escritores comunistas Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira embora considerassem que a democratização da cultura só poderia ser alcançada a partir de avanços na democracia política - “estabelecimento de direitos políticos para todos os cidadãos” - e na democracia econômica - “direito de participar da riqueza criada pelo esforço comum” -, afirmaram que a conquista da democracia cultural viria, “antes de tudo”, da “liquidação do analfabetismo”<sup>33</sup>. Nesse contexto, o escritor era apresentado como um militante

---

<sup>32</sup> Sobre a participação dos intelectuais comunistas no Congresso da ABDE, ver CAVALCANTI, Berenice. **Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Eduff/Tempo Brasileiro, 1986.

<sup>33</sup> JURANDIR, Dalcídio; PEREIRA, Astrojildo. Liquidação do analfabetismo. In: CAVALCANTI, Berenice. **Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Eduff/Tempo Brasileiro, 1986, p. 280.

da cultura, não sendo permitido a ele calar-se diante da situação precária em que se encontrava a nossa democracia cultural. Mesmo considerando que somente com a resolução das necessidades econômicas se poderia chegar a uma melhoria no terreno da cultura, os escritores comunistas defenderam a resolução do problema da alfabetização popular através de uma campanha nacional organizada, que contasse com os intelectuais, não apenas de uma maneira individual, mas através de suas instituições culturais. Essa proposta incluía a criação de caravanas ao interior do Brasil, para que fossem realizadas conferências, exposições artísticas, festivais literários, trabalhos científicos, com vistas a elevar o nível da cultura popular.

Além de tratarem de aspectos culturais e pedagógicos, visando retirar a população do seu atraso secular, tornando-a apta a participar de uma autêntica sociedade democrática, as teses do congresso de escritores discutiram as linhas gerais da política e da ideologia, enfatizando o engajamento dos intelectuais na crítica ao fascismo e ao totalitarismo.

Em sua intervenção, Osório Borba fez uma convocação aos homens de pensamento para que tomassem uma posição diante das “coisas práticas da política”. No seu entendimento, “a posição do intelectual há de ser a mesma de todos os homens conscientes da hora em que o mundo vive”, apenas com a ressalva de que o grau de cultura e prestígio em que estavam investidos poderiam servir como fatores de mobilização<sup>34</sup>. Na opinião desse escritor, entretanto, esta atitude não era a mais comum entre os que se encontravam nesta condição. No seu ponto de vista, os intelectuais distanciavam-se da política de uma forma tão radical que muitos não se interessavam nem sequer pelas idéias políticas. Fortalecia-se assim um conformismo, que não era nada mais do que “a fuga de um dever elementar de cidadania”<sup>35</sup>. O apoliticismo dos intelectuais, porém, não anulava a política, pelo contrário, fortalecia a pior das políticas, “a da reação e do anti-progresso”<sup>36</sup>.

Ao tratarem a democracia como a conquista de determinados direitos - que vão da livre intervenção na esfera pública à extensão do ensino fundamental às populações mais distantes dos grandes centros urbanos -, as teses do Congresso de Escritores problematizaram a discussão acerca

---

<sup>34</sup> BORBA, Osório. O apoliticismo dos intelectuais. In CAVALCANTI, Berenice. **Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Eduff/Tempo Brasileiro, 1986, p. 238.

<sup>35</sup> CAVALCANTI, Berenice. **Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Eduff/Tempo Brasileiro, 1986, p. 241.

<sup>36</sup> *Ibidem*.

da transição para esta forma de governo. Mesmo que estes questionamentos não tenham alterado o curso da transição de 1945-1946, nota-se que as suas preocupações extrapolavam as exigências políticas feitas pelo PCB naquele momento. Não por acaso, Nelson Werneck Sodré, em suas *Memórias de um escritor*, contestou a posição dos intelectuais reunidos no encontro da ABDE e a atuação de grande parte deles no processo de abertura política subsequente<sup>37</sup>. Repetindo os argumentos colocados pelo novo núcleo dirigente do PCB, surgido após o encontro da Mantiqueira, ele questionou até que ponto a ditadura Vargas poderia continuar existindo, uma vez que a derrota iminente do nazi-fascismo a levaria à morte. Segundo as suas observações, a partir do abrandamento da censura e da possibilidade de anistia aos comunistas - ocorrida em abril de 1945 -, o Estado Novo perdia pouco a pouco o seu poder coercitivo.

No comentário de uma série de cartas recebidas de um dos participantes do Congresso de Escritores, o biógrafo Edgard Cavalheiro, Nelson Werneck Sodré replicou a posição do amigo, que mostrava a sua perplexidade e indignação diante da postura de defesa da "ordem e tranquilidade" assumida pelos comunistas e afirmou que esta atitude era uma posição típica de quem se encontrava numa "determinada faixa de opinião, a da pequena burguesia, sempre propensa à radicalização, a nortear-se por modelos subjetivos, que só existem na imaginação, preocupada com os objetivos finais, esquecendo os intermediários"<sup>38</sup>. Em outras palavras, segundo Werneck Sodré, a posição de Edgard Cavalheiro seria a de alguém que não percebia as mudanças táticas apresentadas na política concreta; pois naquele momento, Getúlio Vargas não representaria mais o ditador do passado, tornando-se inclusive uma peça de fundamental importância na manutenção das garantias democráticas.

Contrariando esta linha de argumentação, Caio Prado Júnior apoiou a integração dos comunistas numa frente oposicionista articulada em torno da União Democrática Nacional (UDN). Esta frente receberia inclusive o apoio de muitos dos participantes do Congresso de Escritores, que pensavam na necessária superação do regime estadonovista e sua substituição por um regime liberal-democrático. Numa anotação encontrada em seus diários políticos, nota-se o temor de Caio Prado Júnior em relação ao perigo de que os comunistas fossem usados no prolongamento

---

<sup>37</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um escritor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

<sup>38</sup> *Idem*, p. 342-343.

da ditadura de Vargas e, conseqüentemente, sua proximidade com as lideranças udenistas:

Embarquei para o Rio, afim de avistar-me com Prestes. A sua idéia de “apoio ao governo” estava sendo explorada pela ditadura. Existe um projeto que está sendo realizado pelo Ministério do Trabalho de lançar à rua milhares de operários com a legenda “queremos Getúlio”, que seria assim o candidato do proletariado (...) no dia 23 estive com Prestes das 10 às 13 horas. Da visita parece que resultaram alguns benefícios. Prestes autorizou-me a desautorizar as diferentes versões sobre sua posição política. Espera informar-se bem, para fazer sua primeira declaração clara e expressa. Aceitou entendimento com políticos liberais, e já promovi conferência sua com Virgílio de Melo Franco. Prestes apoiou em tese o projeto da UDN. Também o da Frente Nacional das Esquerdas, de São Paulo.<sup>39</sup>

Embora tenha declarado anos mais tarde, a sua desilusão com aqueles “falsos democratas da UDN”<sup>40</sup>, Caio Prado Júnior não mediu esforços no sentido de criar uma frente envolvendo todos os interessados na queda do Estado Novo. O que valeu a seguinte observação de Paulo Emílio Salles Gomes:

Naquela época, os comunistas “desgarrados” eram considerados, teoricamente, pelo menos, como democratas; assim como quem era contra os Estados Unidos era taxado de “quinta-coluna”. (...) A participação de Caio Prado nessas conspirações iniciais valeram à UDN, esse insulto paradoxal - e engraçadíssimo para quem se lembra o antro de reacionários em que a UDN se transformou - de estar infiltrada de comunistas.<sup>41</sup>

Esta passagem demonstra mais uma vez a distância entre o historiador e o núcleo dirigente do PCB. Mas revela também a sua afinidade com os demais grupos da esquerda paulista, que embora circunscrita às

<sup>39</sup> *Apud* IUMATTI, 1988, p. 55-56.

<sup>40</sup> “É difícil dar lições à história e saber o que teria acontecido se tivéssemos agido de forma diferente. Reconheço, no entanto, que minha posição era errada, que meu plano de frente única não era correto. Essa frente acabou dando nascimento à UDN (...) Enfim, minha idéia era fazer um *movimento democrático e popular* e me iludi com os “democratas” da UDN.” PRADO JÚNIOR, Caio. É preciso deixar o povo falar (entrevista). In MOTA, Lourenço Dantas. **História Viva**. São Paulo, O Estado de São Paulo, 1981, p. 310.

<sup>41</sup> BENEVIDES, Maria Victória. Paulo Emílio: o intelectual e a política na redemocratização de 1945 (entrevista com Paulo Emílio Salles Gomes). **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: CEDEC, janeiro, 1979.



necessidades mais imediatas, dado que "na hora dos vamos ver os comunistas independentes voltaram para o seu partido"<sup>42</sup>, permite a inclusão de Caio Prado Júnior em uma certa cultura política de esquerda estabelecida a partir da oposição ao regime de Vargas. Sendo assim, podemos aproximá-lo da esquerda alternativa ao PCB, reunida em pequenos agrupamentos políticos como a União Democrática Socialista (UDS) - organização surgida entre os estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco que faziam oposição ao Estado Novo ( Germinal Feijó, Paulo Emílio Salles Gomes e Antônio Cândido de Melo e Souza), e que contava também como alguns militantes trotskistas ( Febus Gikovate, Aziz Simão e Fúlvio Abramo)<sup>43</sup>.

A expectativa dos Comitês dos Ação girava, na verdade, em torno da adesão de Luís Carlos Prestes às suas propostas, o que traria uma maior legitimidade e melhores condições para uma intensa mobilização popular contra o Estado Novo. Assim, a decisão do “Cavaleiro da Esperança” em favorecer a linha adotada pela CNOP causou profunda decepção naqueles que em algum momento acreditaram nessa possibilidade. Para o historiador paulista, dessa maneira, os comunistas estariam empenhando seu prestígio a favor do continuísmo político, abrindo mão de uma composição de forças mais adequada às reformas democráticas. Seguindo esta linha de raciocínio, o golpe que derrubou Getúlio Vargas,

---

<sup>42</sup> CÂNDIDO, Antônio. Entrevista concedida a Eder Sader e Eugênio Bucci. In: AZEVEDO, Ricardo; MAUÉS, Flamarion (orgs.). **Rememória (entrevistas sobre o Brasil do século XX)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 37.

<sup>43</sup> A UDS era um agrupamento marxista não ortodoxo, adepto ao lema socialismo com democracia e preocupado em ajustar sua intervenção política aos aspectos da realidade brasileira. De vida efêmera, pois no decorrer da campanha eleitoral do Brigadeiro Eduardo Gomes integrou-se à Esquerda Democrática (ED) e, a partir de 1947, ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), registra-se como a principal afirmação de seu pensamento político, o manifesto lançado em abril de 1945. Neste documento seus representantes apresentaram uma crítica acerba ao Estado Novo, considerando que este regime só havia conseguido manter-se vivo até o final do conflito no continente europeu, graças “ao seu quadro de opressão política, econômica e social exercida em favor das classes conservadoras contra os trabalhadores da cidade e dos campos e a pequena burguesia urbana e rural”. No plano internacional, a UDS mantinha uma visão crítica em relação à União Soviética, afastando-se definitivamente da esquerda comunista. Manifesto da União Democrática Socialista (UDS). *Apud* CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1982. Sobre o surgimento da UDS, ver HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável: História da Esquerda Democrática em São Paulo (1945-1965)**. São Paulo: Unesp, 1998. Acerca da relação entre a UDS e a oposição ao Estado Novo na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, ver DULLES, John Foster. **A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas**. Rio de Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira/Edusp, 1984.

em outubro de 1945, foi assim caracterizado por Caio Prado Júnior em seus diários políticos:

Naturalmente, é certo que o golpe de 30 de outubro abrigava tendências reacionárias, particularmente anti-comunistas. Mas a par delas, as forças mais poderosas que nele atuaram (não como agentes, pois isto coube aos generais reacionários; mas como condicionadores) foram sem dúvida democrático-liberais.<sup>44</sup>

Em seqüência, o governo de transição encabeçado por José Linhares recebeu dele a seguinte observação:

Enfim, não há dúvida de que o governo tem um nítido caráter liberal, anti-ditatorial e estado-novista; e que está tomando todas as providências para que as eleições de 2 de dezembro decorram em ordem e com respeito à opinião pública e à manifestação das urnas.<sup>45</sup>

O desencanto daqueles que militaram nos Comitês de Ação com a política comunista de "ordem e tranquilidade" - que passou a considerar a máxima "constituente com Getúlio" - demonstra um apego à cultura política antifascista da década de 1930. É isso, ao menos, que notamos na leitura das memórias de Tito Batini, especialmente quando esse militante recorda-se da decepção causada com a recusa de Prestes em optar pela política de união nacional sem Vargas: "(...) sofri um trauma ao ver por terra todo o esforço de quase dez anos empenhados na luta pela unidade do partido e do movimento antifascista"<sup>46</sup>.

Essa disposição não levou, no entanto, a um enfrentamento maior entre os membros dos Comitês de Ação e o núcleo dirigente do PCB. Recorrendo mais uma vez às memórias de Batini percebe-se ainda que muitos aderentes deste agrupamento, principalmente Artur Neves (um dos sócios de Caio Prado Júnior na Editora Brasiliense), em certo momento advogavam o alinhamento imediato ao posicionamento do partido, declarando-se "incondicionalmente com Prestes"<sup>47</sup>.

Nesse contexto, Caio Prado Júnior e Tito Batini mostraram-se fiéis ao compromisso com a forma-partido, entendendo-a como o meio mais adequado para levar adiante a transformação política e social. Esta forma de pensar levou-os a uma atitude de resignação diante da impossi-

---

<sup>44</sup> *Apud* IUMATTI, 1988, p. 179.

<sup>45</sup> *Idem*, p. 182.

<sup>46</sup> BATINI, p. 258.

<sup>47</sup> *Idem*, p. 259-260.

bilidade de impor o ponto de vista dos Comitês de Ação perante a unidade estabelecida em torno da liderança de Luís Carlos Prestes e da linha estratégica seguida pelo PCB nos momentos finais do Estado Novo.

Isto não significou, no entanto, uma desistência da parte de Caio Prado Júnior em interferir nos rumos do PCB, como se percebe nesta anotação a respeito da sua decisão em disputar as eleições para deputado federal em 2 de dezembro de 1945:

Não pude recusar, porque considero a atual direção como o próprio partido, contingentes. É [ao fim] que almejo. Por enquanto, a única força renovadora que vejo no Brasil, ainda é o partido comunista. E com todos os seus defeitos, e erros, tem uma parte sã que espero vencerá e o dominará um dia. E numa posição de destaque dentro do partido, poderei lutar por isso mais eficientemente do que à margem.<sup>48</sup>

A "parte sã" do partido a que se refere Caio Prado Júnior incluía, primordialmente, o grupo reunido em torno dos Comitês de Ação, que procurou, em vão, afastar o PCB da mácula do populismo varguista que iria impregnar o jogo político nos anos entre 1946 e 1964. Nesse momento, se a sua crítica acabou não indo adiante, em grande parte devido ao prestígio dos comunistas no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, momento áureo do stalinismo e das certezas históricas sobre o regime soviético como avatar do progresso, uma década depois, nos artigos publicados na *Revista Brasiliense*, irá evidenciar-se um segundo momento de afastamento e tensão entre o historiador e o partido, que alcançou inclusive uma maior amplitude pública, num momento mais intenso do debate sobre os destinos da revolução brasileira.

#### 4. Conclusões

A travessia de Caio Prado Júnior no movimento comunista ao longo das décadas de 1930 e 1940 equilibrou-se entre o elogio à experiência soviética e a crítica à ação política do PCB, espelhada nos procedimentos estratégicos originados em Moscou. A tensão entre o intelectual e o partido, se irreconhecível durante a campanha da ANL - quando, na visão do historiador, ao tentarem reverter o histórico de exclusão política das massas populares, os comunistas representavam a melhor política -

---

<sup>48</sup> *Apud* IUMATTI, 1988, p. 82.

apresentou-se com vigor no contexto da democratização de 1945, que, segundo a historiografia recente, define a maturidade política do PCB<sup>49</sup>.

Avesso a qualquer capitulação dos comunistas frente à ditadura do Estado Novo, Caio Prado Júnior procurou tecer um pacto de guerra com a nascente oposição liberal ao regime de Vargas, que daria origem à UDN. Essa articulação, embora afogada na maré do prestígio, permite, como frisou Raimundo Santos, colocar o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* numa certa cultura política que procurou a superação tanto do "populismo pelo alto", surgido a partir da Revolução de 1930, como do populismo que envolvia a figura de Prestes e a sua relação carismática com as massas e os militantes comunistas<sup>50</sup>. Surge daí uma racionalização, própria ao intelectual paulista, que envolve a tentativa de ganhar a opinião pública através dos procedimentos da democracia política, numa aposta que define a sua aproximação com os udenistas, com a promessa de que a vitória dessa frente traria condições ao aparecimento de uma situação de franquia eleitoral em que os comunistas poderiam disputar livremente as eleições como um partido de massas. A essa visão desencantada da ação política comunista no contexto da nascente democracia brasileira dos anos de 1940, Caio Prado Júnior não deixa de adicionar um ponto fundamental em sua observação, que, aliás, define a sua posição de intelectual militante. Para o historiador, em condições de superação da política personalista e carismática, seria possível ao PCB atuar como educador político, com a vantagem desse partido possuir o marxismo-leninismo como articulador de uma ideologia voltada para o triunfo das classes populares.

---

<sup>49</sup> É o que se percebe na seguinte colocação de Gildo Marçal Brandão: "Ainda que a influência intelectual do marxismo, galvanizado inteiramente pela formulação ideológica aliancista, se exerça no país desde a década de 1930, é apenas a partir de 1945 que o PC pesa na vida política, é então que ele começa a existir como partido." BRANDÃO, 1997, p. 89.

<sup>50</sup> SANTOS, Raimundo. **O lugar de Caio Prado Júnior na cultura política brasileira.** Rio de Janeiro, Mauad, 2001.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVIDES, Maria Victória. Paulo Emílio: o intelectual e a política na redemocratização de 1945 (entrevista com Paulo Emílio Salles Gomes). **Revista de Cultura Contemporânea**. São Paulo: CEDEC, janeiro, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. A linguagem autorizada. As condições de eficácia do discurso itual. In \_\_\_\_\_. **Economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRANDÃO, Gildo. Marçal. **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CÂNDIDO, Antônio. Entrevista concedida a Eder Sader e Eugênio Bucci. In: AZEVEDO, Ricardo; MAUÉS, Flamarion (orgs.). **Rememória (entrevistas sobre o Brasil do século XX)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 37.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas. O DEOPS e as minorias silenciadas**. São Paulo, Estação Liberdade, 1997.
- CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1982.
- CAVALCANTI, Berenice. **Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Eduff/Tempo Brasileiro, 1986.
- DULLES, John Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 404-405.
- \_\_\_\_\_. **A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas**. Rio de Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira/Edusp, 1984.
- \_\_\_\_\_. **O comunismo no Brasil 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 107.
- FALCÃO, Frederico. **As ilusões da estratégia**. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997, pp. 33-34.
- FERNANDES, Florestan. A mobilização da inteligência. **Folha da Manhã**, 21/01/1945.
- HECKER, Alexandre. **Socialismo sociável: História da Esquerda Democrática em São Paulo (1945-1965)**. São Paulo: Unesp, 1998.
- IGLÉSIAS, Francisco. Um historiador revolucionário. In \_\_\_\_\_. **Caio Prado Júnior - História**. São Paulo, Ática, 1982.

- IUMATTI, Paulo Teixeira. **Diários Políticos de Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 32.
- KONDER, Leandro. **A Derrota da dialética**. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 175.
- LEVINE, Robert. **O regime de Vargas: os anos críticos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 112.
- LIMA, Hermes. **Travessia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p.139.
- LÖWY, Michael. **A evolução política de Lukács**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 17.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio. In LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos percorridos**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 9
- PRADO JÚNIOR, Caio. Plínio Barreto e o Comunismo. **Correio da Tarde**, 03/05/1932.
- \_\_\_\_\_. O programa da Aliança Nacional Libertadora. **Nova Escrita Ensaio**, n. 10, 1982, p. 121-136 (Originalmente publicado em **A Platéia** de 25/07 a 03/08/1935).
- \_\_\_\_\_. É preciso deixar o povo falar (entrevista). In MOTA, Lourenço Dantas. **História Viva**. São Paulo, O Estado de São Paulo, 1981, p. 310.
- PRONTUÁRIO 1691, Caio Prado Júnior**. Fundo Deops/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In MORAES, João Quartim. **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1998, vol. 3, p. 341-342.
- SANTOS, Raimundo. **O lugar de Caio Prado Júnior na cultura política brasileira**. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um escritor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- ZAIDAN FILHO, Michel. **Comunistas em céu aberto**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 13.

## RESUMO

**O intelectual e a política: a militância comunista de Caio Prado Júnior (1931-1945)**

O presente artigo destaca a atuação política de Caio Prado Júnior, no período entre a sua entrada no Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1931, e a queda do Estado Novo (1945). Ao longo desta argumentação, procura-se mostrar que o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, apesar de uma estrita proximidade em relação ao cânone soviético, pautou-se pela alternância entre a adesão e a crítica, o engajamento e a recusa em aceitar o oficialismo das decisões partidárias, retiradas deste mesmo cânone, que conduziu a maior parte da luta política travada pela esquerda comunista em nosso país.

**Palavras-chave:** Caio Prado Júnior; Partido Comunista do Brasil (PCB); História Política.

## ABSTRACT

**Intellectuals and politics: the communist militancy of Caio Prado Júnior (1931-1945)**

The present article highlights the political participation of Caio Prado Júnior, between his start at the Brazilian Communist Party (PCB), in 1931, and the fragmentation of the Estado Novo (1945). Along this argumentation, there is an attempt to show that the author of *Formação do Brasil Contemporâneo*, in spite of a strict proximity to the soviet canon, guided himself by alternating between a critical position supporting and the compromise and the denial to accept the officialism of party decisions, drawn from the same canon, the one that guided the greatest part of the political fight among the communist leftist in our country.

**Key Words:** Caio Prado Júnior; Brazilian Communist Party (PCB); Political History.